

MEMORANDO INTERNO N° 19/2022

2285
E

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA - ARP N° 04/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA - ARP N° 04/2022**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos itens:

ITEM	Descrição	Und, Forc.		Marca/ modelo	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
120	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, 100% ALGODÃO, COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 10 CM X 4,5 M	UNIDADE		ADPELE MISNER	12.705	R\$ 9,29	R\$ 118.029,45
01-Alfredo Marcondes	02-Alvares Machado	03-Caiabu	04-Euclides da Cunha	05-Flora Rica	06-Flórida Paulista	07-Iepe	08-Indiana
10.000	100	50	600	20	500	120	100
09-João Ramalho	10-Martinópolis	11-Nantes	12-Pres. Bernardes	13-Pres. Epitácio	14-Regente Feijó	15-Rosana	16-Taciba
160	500	200	100	50	200	0	5

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 13 de abril de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

De: Clovis - Cirulabor <cirulabor@cirulabor.com.br>
Enviado em: terça-feira, 12 de abril de 2022 10:37
Para: 'Marcel Cardoso - Licitação CIOP'
Cc: farmacia@cirulabor.com.br
Assunto: ENC: REALINHAMENTO DE PREÇOS.ESPARADRAPO-
Anexos: 07.21.pdf; 02.22.pdf; REALINHAMENTO DE PREÇOS.ESPARADRAPO- CIOP.doc

PE 25/2021

BOM DIA

Boa Tarde

Segue solicitação de realinhamento de preços

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.355-3
12/04/22

Att,

Clóvis J. Silva

Sócio-Gerente

(18) 3222-4399 Ramal 207



(18)98192-5609 (Whatsapp)

cirulabor@cirulabor.com.br



cirulabordist@hotmail.com (Skype)

CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA – EPP
RUA JOSE TEODORO NR 126 VILA EUCLIDES
CEP 19014-220 PRES.PRUDENTE-SP
FONE (18)3222-4399
CNPJ 47.063.094/0001-01 I.EST 562.054.368.112





CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA.

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muranel.com.br

(18) 3222-4399



CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) GESTOR(A) DA

2287
b

CIOP – CONSORCIO INTERM SAUDE

PRES.PRUDENTE - SP

PREGÃO ELETRONICO Nº 2/2021

ASSUNTO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, estabelecida na Rua José Teodoro nº 126, Vila Euclides, Presidente Prudente/SP, CEP 19014-220, Telefone (18) 3222-4399, por seu subscritor, vem, com fulcro no artigo 17 do Decreto Federal nº 7.892/2013, requerer o **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº24/2021**, disposto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666/93, pelas razões que segue.

Em razão das constantes elevações de custos em diversos setores, estamos buscando diversas tratativas com as fabricantes e as importadoras para evitarmos o repasse em escala. Trabalhamos sempre na melhoria contínua da nossa qualidade no atendimento com os nossos clientes, porém está sendo inevitável manter os preços sem que haja um reequilíbrio econômico-financeiro justo.

São inúmeros os fatores que nos obriga a realizar a recomposição de preços neste momento, decorrente da instabilidade cambial e da atual inconstância na oferta de matérias primas. Oscilações essas que afetam diretamente nossa linha de produtos.

Sobretudo, atualmente os preços de mercado estão acima daqueles adjudicados na licitação.

Portanto, em decorrência de fatores que configuram em álea econômica, requer-se, extraordinariamente, a revisão dos valores registrados, prejudicados por superveniência, para a manutenção da relação contratual e para a justa remuneração de fornecimento; com fulcro no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666/93, que assim definiu:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

Nota-se, no entanto, que o próprio Estatuto das Licitações e Contratos



Administrativos já definiu as hipóteses para a ocorrência do Reequilíbrio, Repactuação ou Revisão de Preços. São elas: fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis; ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou *factum principis*. Ocorrendo qualquer um dos fatos citados, o Contratado adquire o direito de demandar o reequilíbrio da equação econômico-financeira.

Amparo legalmente reconhecido e tão necessário neste momento delicado, qual exige prudência para que os anseios entre as partes sejam atendidos em circunstâncias tão adversas, comprovadas as circunstâncias ensejadoras.

Ante o exposto, o ilustre jurista Hely Lopes Meirelles, doutrinador do direito administrativo, leciona que:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, à a correlação entre o objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, a fim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Licitação e Contrato Administrativo – Editora Malheiros 12ª Edição pág. 181."

DO ORDENAMENTO JURÍDICO

O direito ao equilíbrio econômico-financeiro tem fundamento constitucional, respaldado no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, *verbis*:

"XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Em razão dessa proteção, quando algum dos lados da balança se altera, surge um desequilíbrio que pode ser resolvido de duas maneiras que visam à sua recomposição: o reajustamento de preços e o reequilíbrio econômico-financeiro.

A intangibilidade das cláusulas econômicas-financeiras dever ficar defendida tanto contra as intercorrências que o Contrato venha a sofrer em decorrência de alterações unilaterais, quanto contra elevações de preços que tornem mais onerosas para a sua execução, o que se fará por meio de revisão ou de repactuação, como ainda, contra o desgaste do poder aquisitivo da moeda, o que se garantirá por meio de reajuste. Frisa-se: a intangibilidade é da equação equilibrada e não da literalidade do preço.



(18) 3222-4399

CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA.

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@muramet.com.br

ADLUN

BD

BIOFRAL

Comies

JP

LABOR IMPORT

INJEX

TEUTO

TEUTO

TEUTO

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

2290
5

No caso, o reajustamento é utilizado para remediar os efeitos da desvalorização da moeda (inflação) e pode ocorrer pela aplicação de índices como o IGP-M, ou pela análise da variação dos custos na planilha de preços.

O reequilíbrio econômico-financeiro, por sua vez, também reconhecido por revisão ou recomposição, tem fundamentos diferentes do reajustamento e não depende de previsão no edital, podendo ser concedida a qualquer tempo ao longo do contrato, disciplinado no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, supracitado.

Aludido instituto prevê a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos Contratos Administrativos, pois, esse princípio consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro, refletindo na economia e na execução do contrato. Por isso a necessidade de sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual.

Nos autos do TC 007.615/2015-9, de onde se originou o Acórdão 1.604/2015-TCU-Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes), o Tribunal decidiu que não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual; e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato.

DO PEDIDO

Esta Contratada, ingressa com o presente requerimento para reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro vigente, fundamentando-o situação de disparidade entre os preços adjudicados em relação aos valores atuais de aquisição, afetando direta e intensivamente os compromissos assumidos pela empresa, inclusive com outras Unidades Públicas. Fato excepcional, alheio à vontade das partes, de modo que se torna impossível a execução contratual sem que haja ajustes capazes de equalizar a relação jurídica.

Contudo, é sabido que o Registro de Preços se verifica um instrumento regular para futura e eventual contratação.

Notadamente, conforme dispõe a vinculação ao instrumento ato convocatório, a existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Portanto, a Administração não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos inseridos no contrato.

Os preços registrados poderão, na forma da lei, ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para menos ou para mais.

Ademais, demonstra-se a situação que merece revisão dos preços registrados, abarcada pelo Artigo 17, do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, a saber:



CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA.

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

(18) 3222-4399

ADLIN

BD

BIOFRAL

Comes

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

LABOR IMPORT

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 562.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

2293

"Artigo 17 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ex positis, suplica-se que seja acolhido a pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIPTIVO	UF	CUSTO INICIAL R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	CUSTO ATUAL R\$	CUSTO ATUAL R\$ AUMENTOS INESPERADOS %	VALOR PARA RECOMPOSIÇÃO R\$
	ESPARADRAPO 10X4,5	RL	5,26	9,29	9,57	81,93	16,90

Com efeito, anexo ao presente as Notas Fiscais de aquisição à época da licitação e do presente momento, para instrução do pleito.

Sendo assim, a Administração ficará impossibilitada da emissão de eventual Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, antes de qualquer Decisão a respeito.

O momento é delicado, e estamos solicitando a compreensão e a sensibilidade de todas as entidades públicas e privadas.


Ressalto, por oportuno, que o presente instrumento dar-se-á sem prejuízo à pessoa jurídica da CONTRATANTE (Administração Pública) e da CONTRATADA, sem qualquer ônus para as partes.

Termos em que,

Pede-se e aguarda deferimento.

Presidente Prudente - SP, 04 DE ABRIL DE 2022.

Clóvis José da Silva
Sócio Administrador
CPF 045.640.918-16
RG 18.233.673-6 SSP/SP


CIRULABOR PROD. CIRÚRGICOS LTDA - EPP
CNPJ 47.063.094/0001-01 - 126 - 19014-220
Rua José Teodoro, nº 126 - Vila Euclides
Presidente Prudente - SP
CEP: 19.014-220
Clóvis José da Silva
Sócio-gerente
R.G. 18.233.673-6
CPF: 045.640.918-16

47.063.094/0001-01
CIRULABOR PROD.
CIRÚRGICOS LTDA. - EPP
RUA JOSÉ TEODORO, 126
VILA EUCLIDES - CEP: 19.014-220
TEL.: (18) 3222-4399
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

RECEBEMOS DE MISSNER & MISSNER LTD. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA A BAIXO		NF-e Nº 103922 SÉRIE: 1	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
Missner MISSNER & MISSNER LTDA ROD.BR.470 KM 54,6, 2870 CEP: 89065800 - BLUMENAU/SC BAIRRO: SALTO DO NORTE FONES: 0800 047 0015 / 47 3334-0580		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 103922 SÉRIE: 1 FOLHA: 01 de 01	 CHAVE DE ACESSO 4222 0203 2254 1100 0173 5500 1000 1039 2214 1736 6420 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342220038921358 - 25/02/2022 11:11:43
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 253.902.363	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 03.225.411/0001-73	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME DA RAZÃO SOCIAL 00551 - CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP		C.N.P.J. / C.P.F. 47.063.094/0001-01		DATA EMISSÃO 25/02/2022
ENDEREÇO R JOSE TEODORO 126 -		BAIRRO/DISTRITO VILA EUCLIDES		DATA DE SAÍDA/ENTRADA 25/02/2022
MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE	FONE / FAX 18 32224399	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 562054368112	HORA DA SAÍDA 11:15:00

FATURA / DUPLICATA

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
103922-1	27/03/2022	1.894,40			
103922-2	11/04/2022	1.894,40			
103922-3	26/04/2022	1.894,40			

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. ST	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
5.683,20	681,99	0,00	0,00	5.683,20
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO L.P.L.
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				5.683,20

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL TRANSPORTADORA RISSO LTDA		FRETE POR CONTA 0 - Emitente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF SC	C.N.P.J. / C.P.F. 52.661.634/0018-37
ENDEREÇO R DR. PEDRO ZIMMERMANN		MUNICÍPIO BLUMENAU	UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 255852827		
QUANTIDADE 23	ESPÉCIE VOLUMES	MARCA	NÚMERAÇÃO	PESO BRUTO 83,328	PESO LÍQUIDO 83,328	

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

IGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VLR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICM IPI
PA.0029	ESPARADRAPO IMP BRANCO ADPELE 10cm X 4,5m LOTE: ESH00701 Resolução do Senado Federal nº 13/12, Valor da Parcela Importada R\$ 0,41, Número da FCI 993814FA-96AF-4396-9E18-2BDEF9B8D121, Conteúdo de Importação 8,20%, Valor da Importação R\$ 0,41	30051090	500	6.101	UN	480,00	9,57	0,00	4.593,60	4.593,60	551,23	0,00	12 0
PA.0233	ESPARADRAPO IMP BRANCO MISSNER 2,5cm X 4,5m LOTE: PSH25001 Resolução do Senado Federal nº 13/12, Valor da Parcela Importada R\$ 0,14, Número da FCI 17F5078C-CA3D-47CB-9821-0CDCA00DAB1F, Conteúdo de Importação 8,97%, Valor da Importação R\$ 0,14	30051090	500	6.101	UN	192,00	3,15	0,00	604,80	604,80	72,58	0,00	12 0
PA.0235	ESPARADRAPO IMP BRANCO MISSNER 5,0cm X 4,5m LOTE: PSH22401 Resolução do Senado Federal nº 13/12, Valor da Parcela Importada R\$ 0,28, Número da FCI DC977872-0531-4F59-B176-54A2827C62A9, Conteúdo de Importação 11,16%, Valor da Importação R\$ 0,28	30051090	500	6.101	UN	96,00	5,05	0,00	484,80	484,80	58,18	0,00	12 0

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PEDIDO INTERNO MISSNER: 41887
REGIME ESPECIAL 029015/2018

RESERVADO AO FISCO



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO
ITEM 120: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO, COMPLETO
(COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 1CM X
4,5M**

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao ITEM 120: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO, COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 1CM X 4,5M, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA, registrados na ata do Pregão Eletrônico nº 25/2021, com solicitação juntada às fls. 2.285/2.293, alegando que: "está sendo inviável manter os preços sem que haja um reequilíbrio econômico-financeiro justo".

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.



2321
8

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses**.

Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

elton

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que, em matéria de Ata de Registro de Preço, a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

Salutar ressaltar que quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

2323
8

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários quando da apresentação de suas propostas nos respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

[Handwritten signature]



"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2325
2324
K

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

[Handwritten signature]

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA sagrou-se



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2327
~~2326~~
B

vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 29 de abril de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

270

MEMORANDO INTERNO Nº 47/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretora Executiva

Assunto: Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

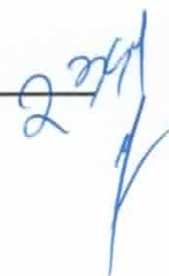
Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA - ARP Nº 04/2022

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 2.287/2.293, que opinou pelo indeferimento do pedido, às fls. 2.320/2.320 de Reequilíbrio Econômico – Financeiro do item ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, 100% ALGODÃO, COMPLETO (COM LACRE DE PROTEÇÃO, CAPINHA PLÁSTICA). MEDINDO: 10 CM X 4,5 M), marca Adpele Misner, em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 04 de maio de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA****Assunto: Reequilíbrio-econômico – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021****Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA - ARP Nº 04/2022**

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e ou cancelamento, às fls.2.320/2.320, do item esparadrapo impermeável, 100% algodão, completo (com lacre de proteção, capinha plástica). Medindo: 10 cm x 4,5 m), marca Adpele Misner, registrado na Ata de Registro de Preços nº 04/2022, alegando, em síntese, sob a justificativa do aumento de preço junto ao seu fornecedor.

O Setor Jurídico às fls. 2.287/2.293, opinou pelo indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS – LTDA, CNPJ nº 47.063.094/0001-01**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 04 de maio de 2022



MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Executiva - CIOP